



ID: 18187014

14-09-2007

Domingues de Azevedo admite

"CTOC é um monopólio por força da sua natureza"

"Existem monopólios em todas as profissões. E existem por força da natureza das próprias instituições." As afirmações são de Domingues de Azevedo, presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), a propósito acusações de que a instituição monopoliza a formação para efeitos dos créditos necessários ao exercício da profissão.

A CTOC tem sido muito contestada, quer por parte de associações quer por parte de empresas ligadas à formação profissional, tendo em conta que quer manter de forma exclusiva toda a formação até 16 horas, a qual permite garantir os referidos créditos. O presidente daquela entidade contesta liminarmente essas acusações. Assume o conceito de "monopólio", na medida em que a instituição a que preside foi mandatada para cumprir uma dada função, detendo certos poderes para o efeito. "Nesta perspectiva, o Governo também tem o monopólio da governação, mas foi eleito para exercer essa mesma governação. A CTOC tem funções atribuídas e não pode deixar que outras entidades se lhe sobreponham. É preciso que as pessoas se convençam que cabe à CTOC a regulação da profissão."

Domingues de Azevedo deixou claro que "existem demasiados interesses económicos instalados em torno dos técnicos oficiais de contas. Mas o que é de natureza institucional é da responsabilidade da câmara. É o caso da formação institucional, a qual consta do Regulamento do Controlo de Qualidade. O referido regulamento permite que outras entidades procedam à actividade da



Domingues de Azevedo.

formação. Aliás, a CTOC rejeita a possibilidade de dar formação superior a 40 horas, de carácter mais estrutural e menos pontual", adiantou aquele responsável.

A CTOC acaba de prorrogar por mais um ano, até 31 de Dezembro de 2008, o prazo limite para participação nas acções de for-

mação que desenvolve em exclusivo e que são obrigatórias para todos os membros da câmara. Foram cerca de 40 mil os TOC que frequentaram as referidas acções, revelou Domingues de Azevedo. A ser mantida a norma, metade dos perto de 80 mil membros deixariam de poder exercer a profissão e perderiam imediatamente o estatuto de técnicos de contas.

O dirigente da CTOC garante que existe capacidade de resposta em termos de formação. "A CTOC tem uma enorme capacidade de mobilização, como é notório durante as suas acções de formação. A prorrogação daquele prazo tem a ver apenas com o facto de querermos dar as mesmas oportunidades a todos os profissionais, independentemente de onde estes exerçam a sua profissão", explicou.

Profissionais estão a cumprir os créditos

Domingues de Azevedo explicou que a CTOC é a única entidade que se desloca, todos os anos, cerca de três vezes, a todos os distritos do país, propiciando a necessária formação. "Ora, esta formação fora dos grandes centros de decisão implica gastos elevados. A receita é aplicada para que todos tenham direito à necessária formação, sendo que esta tem características muito próprias. Aliás, está em desenvolvimento um plano de e-learning que pretende facilitar o acesso

àqueles que estão em zonas mais do interior ou até nas ilhas. Para todos os efeitos, continuo a rejeitar que a câmara se tenha apropriado da formação, apenas queremos garantir a formação institucional, tal como está inscrita nas nossas competências", de acordo com Domingues de Azevedo.

A CTOC tem funções atribuídas e não aceita que outras entidades se lhe sobreponham

Foi garantido à "Vida Económica" que os profissionais estão a fazer esforços para cumprirem os créditos, no âmbito do estipulado no controlo de qualidade. De tal modo que a CTOC pretende atenuar os efeitos por via da

internet. Certo é que cerca de 40 mil profissionais já passaram pelas acções de formação, sendo que apenas 32 mil estão a exercer, efectivamente, a profissão. Coloca-se agora a questão de se saber se muitos não serão excluídos por não cumprirem os créditos. Domingues de Azevedo acha que não será assim, até porque a maioria tem cumprido os prazos de pagamentos das quotas.

Finalmente, o actual presidente da CTOC vai recandidatar-se a mais um mandato, nas eleições que decorrem em Dezembro. E admite que poderá ser o seu último mandato à frente dos destinos da instituição. Não deixou ainda de lamentar o facto de não ter aparecido uma lista concorrente. "Penso que é sempre útil a existência de concorrência, na medida em que todos saem a ganhar com o debate das questões mais importantes."

Guilherme Osswald

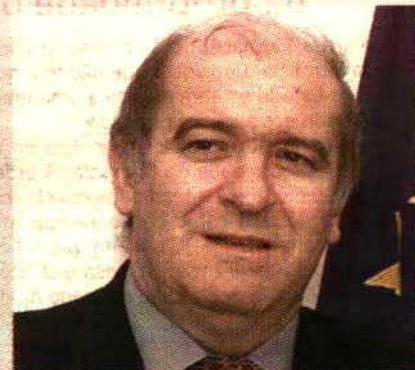
Domingues de Azevedo admite

"CTOC é um monopólio por força da sua natureza"

O presidente da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) assume que existem monopólios em todas as profissões. A câmara não é uma excepção, tendo em conta que foi mandatada para exercer as competências que lhe são exigidas.

A CTOC tem sido alvo de contestação por manter uma situação de monopólio na área da formação que impõe com carácter obrigatório aos seus membros e que representa uma das principais fontes de financiamento, com receitas superiores a quatro milhões de euros. O seu presidente justifica que se trata de formação institucional e, portanto, da exclusiva responsabilidade da câma-

ra. Na semana passada, a CTOC decidiu prorrogar por mais um ano, até ao final de 2008, o prazo limite para a realização da formação obrigatória. Segundo Domingues Azevedo, cerca de 40 mil profissionais passam anualmente pelas acções de formação da CTOC. Se o prazo não tivesse sido prorrogado por mais um ano, perto de metade dos membros da CTOC (quase 80 mil profissionais) perderia o estatuto de técnico oficial de contas.



PÁG. 06